



A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL, ESTABELECENDO ALTERNATIVAS PARA JOVENS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i63.16007



Rodrigo dos Santos França

Superintendência de Educação da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte



Resumo

O presente trabalho teve como objetivo apreender a percepção dos docentes no processo de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social, participantes do Programa de Jovem Aprendiz, no município de Belo Horizonte. Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva, que será desenvolvida em organização não governamental (ONG) do terceiro setor. Delimitou-se o trabalho docente como objeto deste estudo bem como as reflexões e as práticas aplicadas em relação ao jovem em sala de aula. A revisão da literatura permitiu constatar problemas centrais como a ausência de estudos sobre a percepção docente da rede socioassistencial, a formação e condições de trabalho docente. Os temas que fazem parte desta pesquisa foram subdivididos em tópicos: o trabalho, a juventude, a atuação docente e a educação profissional. Procurou-se pesquisar a maneira como os docentes compreendem o contexto, a seleção e organização de diferentes conteúdos e como qualifica o processo de formação, aquisição de conhecimento e interpretação dos jovens na educação profissional. Pretendeu-se principalmente examinar entre os docentes se as contribuições teóricas têm sido suficientes para provocar mudanças na perspectiva de superação da vulnerabilidade social e da ampliação da cidadania desses jovens para a valorização de seu potencial humano. Espera-se que este trabalho possa colaborar de alguma forma na reflexão sobre a percepção do docente na educação profissional e para a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social, pois esse campo encontra-se em constante transformação, no contexto político, econômico ou social.

Palavras-chave: Percepção, Docente, Trabalho.

Introdução

O presente estudo teve como objetivo apreender a percepção dos docentes no processo de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social, participantes do Programa de Jovem Aprendiz, no município de Belo Horizonte, que foi desenvolvida em organização não governamental (ONG) do terceiro setor. Delimitou-se o trabalho docente como objeto deste estudo, bem como as reflexões e as práticas aplicadas em relação ao jovem em sala de aula nos anos de 2017 a 2019.

Os dilemas e desafios enfrentados na prática do docente da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, relacionada ao processo de ensino-aprendizagem para jovens na inserção no trabalho alicerçado na educação profissional também são enfrentados em diferentes políticas públicas. Diversos estudos revelam que a parcela mais jovem da população, principalmente a mais pobre, que se encontra mais vulnerável ao desemprego é a que mais sofre dificuldades. O mercado de trabalho não se interessa em absorver a mão de obra com menos escolaridade e ainda com pouca ou nenhuma experiência no trabalho, entre outras exigências que contribuem para ampliar as incertezas em relação ao futuro da juventude. Bauman (2001, p. 170) afirma que:

[...] Pode-se sempre responder que não há nada particularmente novo nessa situação: a vida de trabalho sempre foi cheia de incertezas, desde tempos imemoriais. A incerteza de hoje, porém, é de um tipo inteiramente novo. Os temíveis desastres que podem devastar nossa sobrevivência e suas perspectivas não são do tipo que possa ser repellido ou contra que se possa lutar unindo forças, permanecendo unidos e com medidas debatidas, acordadas e postas em prática em conjunto.

Nesse contexto destacado por Bauman, os docentes e jovens têm como objetivos a busca da melhoria da qualidade e da equidade em educação e trabalho para fazer frente à pobreza e à desigualdade social, tecendo expectativas sobre suas vidas. Além da atenção que recebem na esfera governamental e não governamental, em geral na área da assistência social ou da inclusão produtiva, não consegue, apesar dos esforços, romper com um perverso consenso de exigências do mercado de trabalho, o qual exige um profissional de multitarefa em um cenário em contínua transformação. Somam-se a isso os inúmeros obstáculos impostos aos jovens em permanecer na escola, constituindo um agravante principalmente para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo indispensável à proteção social do Estado a esses jovens (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2015, p. 11).

Esta pesquisa reconhece a necessidade de avanço das estratégias teórico-metodológicas no que se refere à formação e à inserção profissional de jovens pobres economicamente desfavorecidos no mundo do trabalho.

Assim, o objetivo do presente capítulo é discutir o papel do docente possibilitando a formação de jovens, preparando-os para a realidade atual do país, especialmente no despertar da curiosidade e sua análise crítica nas sínteses e reflexões com base na interdisciplinaridade em classe. As reflexões que se ensaiam resultam da observação do programa voltado para a aprendizagem profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, desenvolvidos na Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte (ASSPROM), nos termos da promoção da integração ao mercado de trabalho, que é um dos objetivos do artigo 203 da constituição federal, a Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Referencial Teórico: Trabalho e Juventude

Tem crescido a atenção na população jovem nos últimos anos no Brasil. Trata-se de uma faixa etária estratégica para o desenvolvimento do país e para a delimitação e elaboração de políticas e planos de proteção social, saúde, econômica e cultural. Pode-se conceituar a juventude como uma categoria social, uma concepção, representação, construção ou criação simbólica fabricada pelos diversos grupos sociais em cenários variados e múltiplos. A incerteza, mobilidade, transitoriedade e abertura para mudanças derivam dessa ampliação de perspectivas para significar uma série de comportamentos e atitudes a elas atribuídos. Dessa forma, Dayrell (2003) afirma que a juventude é uma construção social que nos remete a percebê-la como categoria heterogênea formada por uma diversidade, uma dimensão de significados e diversidade de identidades no tocante ao universo social dos jovens que a compõem, principalmente quando se trata de diferentes contextos. Cada jovem tem uma historicidade, com ideais, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos e projetos de vida que lhe são próprios. O conceito de juventude, para Turra Neto (2016), é um ato político: o que proporciona ampliar a visão sobre o próprio conceito de juventude.

O interesse por este estudo relacionado à qualificação profissional e à juventude surgiu da necessidade imposta pelas pressões sociais causadas pelo desenvolvimento econômico e pelo avanço tecnológico. De modo geral, o termo juventude ganhou ainda mais força. Aparece como um retrato projetivo de sociedade mais expressiva e

diretamente relacionada à diversidade cultural, por suas formas de pensar, pelas diferentes linguagens, por novas formas de atuação político-social, na educação no mundo do trabalho e por novos comportamentos. É na juventude que o sujeito social, livre, podendo desempenhar vários papéis, processa de forma mais intensa a conformação social de sua trajetória, seus valores e sua busca por plena inserção no trabalho e na vida social. “Diferente do que se pode imaginar, a juventude contemporânea se mostra rica e capaz de se enunciar em diversos espaços” (SANTOS; CHAVEIRO, 2016, p. 89).

Hoje ocorre um fenômeno chamado “janela demográfica”. É um termo criado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017) no qual a população economicamente ativa supera a população dependente: crianças e idosos. Essa janela – que ocorre uma única vez na história de qualquer país – está aberta agora para o Brasil. O presente documento mostra, no campo da juventude, que o Brasil precisa investir na educação e qualificação de seus jovens, constituídos apoiado na sociedade capitalista. Essa sociedade e o Estado convivem com as incertezas e a problemática do risco na modernidade. Para Bauman (2001), é crescente a convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza a única certeza, devidas especialmente aos efeitos da globalização, das dificuldades do mercado econômico e das relações precarizantes nas relações de trabalho. Frigotto (2004) argumenta que não se pode abrir mão da preparação profissional dos jovens, fundada no domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos.

Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento das políticas públicas de educação e trabalho e o preparo para a vida adulta. As marcas do corpo e as possibilidades na relação com os adultos vão sendo pinçadas para a construção das significações. A ONU também destaca pesquisas qualitativas envolvendo aspirações e desejos dos jovens brasileiros e um breve retrospecto do arcabouço institucional que envolve a juventude no país, incluindo os principais programas federais dirigidos para esse segmento (ONU, 2017).

Cabe lembrar que a faixa etária adotada no Brasil segue um padrão internacional de definição de juventude, baseado em três grandes grupos: os adolescentes jovens (de 15 a 17 anos), os jovens (de 18 a 24 anos) e os jovens adultos (de 25 a 29 anos). Adotou-se essa modificação para efeito de políticas públicas como forma de proporcionar oportunidades para maior número de cidadãos (ONU, 2017). Os jovens brasileiros não dispõem integralmente das oportunidades educacionais e profissionalizantes de que necessitam, ainda são mais suscetíveis à violência e ao desemprego e estão apartados por

um sistema desigual que faz da juventude negra, pobre e moradora das periferias das grandes cidades um dos segmentos mais fragilizados da sociedade brasileira.

Guiraldelli (2014) ressalta que a redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão de obra, sendo esse processo acentuado para a juventude brasileira. Já Bourdieu (1983) salienta o processo pelo qual a classe dominante impõe seu modo de pensar o resto da sociedade, porém a produção social é cada vez mais coletiva e a apropriação da riqueza mantém-se privada e monopolizada por parte da sociedade.

Segundo a PNAD (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017), a taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 24,1%, no 1º trimestre para 23,8% no 2º trimestre de 2017. No Brasil, foram estimadas as taxas de desocupação dos grupos de pessoas de 14 a 17 anos de idade (43,0%) e de 18 a 24 anos (27,3%). Ainda no 2º trimestre de 2017, o grupo de 14 a 17 anos de idade representava 8,5% das pessoas desocupadas do país. Os jovens de 18 a 24 anos eram cerca de 32,0% das pessoas desocupadas. A maior parcela era representada pelos adultos de 25 a 39 anos de idade (35,1%). Desagregada por cor ou raça, a taxa de desocupação entre as pessoas que se declararam brancas (10,3%) ficou abaixo da média nacional, porém entre pretos (15,8%) e pardos (15,1%) ficou 3,8 e 3,1 pontos percentuais acima, respectivamente.

Somado a tudo isso, depara-se com um mundo que vem passando por diversas transformações, englobando desde o avanço das novas tecnologias às formas de apreensão de conhecimento por meio de redes sociais e de movimentos político-culturais. Novas concepções territoriais estão sendo criadas com fundamentos entre culturas, proporcionadas pela globalização e pelos avanços no campo da comunicação por intermédio da internet, do aprimoramento da telefonia móvel e, principalmente, da necessidade de diálogo entre os povos. Boaventura Santos (2013) prefere uma definição de globalização levando-se em conta as dimensões sociais, políticas e culturais. Desse modo, ele assume que:

Aquilo que habitualmente definimos por globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais. Diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe, estritamente, uma entidade única chamada globalização; existem globalizações; em rigor este termo deveria ser usado somente no plural. (SANTOS, 2013, p. 2).

Nesse panorama de mudanças de comportamentos e de novas concepções de atuação política, a juventude se apresenta como elemento fundamental para potencializar novos processos de transformação social num mundo globalizado e multicultural. Não somente no tocante às iniciativas de mobilização social, mas também à urgência de criação de políticas que compreendam o conceito de uma cidadania global. Pais (1990, p. 140) afirma que “[...] nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil ‘unitária’”. E destaca a “fase de vida marcada por uma instabilidade associada a determinados problemas sociais” que se modificam a partir do momento em que o jovem começa a adquirir responsabilidades que são delegadas apenas aos adultos, como a aquisição de um trabalho, formação de família e sujeitos de uma sociedade de consumo.

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita (NOVAES, 2006, p. 2). Essas vulnerabilidades de que fala a autora são instituídas pela desigualdade social e ampliadas por discriminações e preconceitos. A desigualdade é fruto da origem social e níveis de renda, diferenças entre as regiões do país, entre o campo e a cidade, além de recortes étnicos, raciais e de gênero. “Existe um imaginário social que atribui grande valor ao jovem, mas que, todavia impede sua plena participação social (...)” (SILVA, 2016, p. 163).

O jovem precisa estender sua visão para além das paredes das escolas, para um cenário externo competitivo e em constante mudança, de muitas dificuldades, considerando as ações da concorrência, conhecendo novas tecnologias e reconhecendo o impacto das suas ações no meio ambiente e na vida das pessoas. O mercado exige, além da experiência contínua, boa capacitação e aperfeiçoamento técnico. Musse e Machado (2013) opinam que, ao se estudar educação profissional, uma das principais questões que se estabelecem é em relação ao retorno do trabalhador que investe, é a existência de um diferencial de salário relevante entre esse grupo de trabalhadores qualificados continuamente e os demais.

A constante qualificação requer um investimento do indivíduo ou das empresas tendo em vista que estas estão interessadas em sua mão de obra (força de trabalho).

Partindo dessa premissa, olharia isso como um diferencial para o trabalho. Reflexo disso, o indivíduo retornaria por meio do lucro e do aperfeiçoamento da educação profissional, já que há uma ligação direta entre a educação e a produção. Frigotto (2010, p. 153-155) exemplifica bem o conceito supracitado “ideologia burguesa do papel econômico da educação”.

A educação e a qualificação aparecem como panaceia para superar as desigualdades entre nações e regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação [...] Da análise aqui realizada, a tarefa fundamental é que a teoria ou doutrina do capital humano, enquanto um determinado processo e forma de conhecimento da realidade, não é algo que nasce por acaso. A produção desta teoria e seu corpo de ideias guarda uma ligação estreita com as relações sociais de produção. Trata-se de um conhecimento que carrega a marca e a ótica burguesas.

A despeito das proposições mencionadas, o Brasil tem a educação profissional como meta na formação técnica e continuada dos trabalhadores, tendo em vista as constantes transformações da sociedade. O desenvolvimento constante e amplo do conhecimento e o avanço das tecnologias da informação e comunicação têm levado à necessidade de um novo perfil do trabalhador. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º; art. 22) estabelece que é competência privativa da União legislar sobre o direito do trabalho (BRASIL, 1988).

Destaca-se, assim, a lei da aprendizagem profissional, que garante um contrato formal de trabalho de até dois anos para os adolescentes e jovens com idades entre 14 e 24 anos, com a principal finalidade de propiciar a esse segmento da juventude o acesso à formação técnico-profissional metódica, organizada em um programa previamente aprovado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e sujeito à fiscalização da Inspeção do Trabalho com base nas obrigações estabelecidas pela Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000).

Verifica-se predominância de contratação de aprendizes nas ocupações de auxiliar de escritório, em geral (40,89%), e assistente administrativo (17,49%). Os dados de admissão de aprendizes são divulgados pelo Ministério do Trabalho no portal www.trabalho.gov.br.

FIGURA 1 – Ocupações com maiores índices de contratação de janeiro a junho de 2017

Aprendizes admitidos de Janeiro a Junho de 2017 por ocupação		
CBO ocupação 2002	Aprendiz	%
Auxiliar de escritório, em geral	82.010	40,89

Assistente administrativo	35.076	17,49
Vendedor de comércio varejista	10.369	5,17
Repositor de mercadorias	9.943	4,96
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	8.786	4,38
Alimentador de linha de produção	6.365	2,16
Embalador, a mão	2.783	1,39
Contínuo	2.586	1,29
Trabalhador polivalente da confecção de calçados	2.302	1,15
Ajustador mecânico	2.240	1,12
Outros	40.974	20
Total	203.434	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Os documentos oficiais do Ministério do Trabalho levam em consideração essas abordagens para a análise do público-alvo e das políticas, relacionando o jovem aprendiz e buscando em cada uma delas aquilo que se enquadra à realidade brasileira. Busca-se, com isso, assegurar o direito social previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e Adolescência e no Estatuto da Juventude: o acesso da juventude à educação profissionalizante. Considera a juventude uma fase que tem importância em si mesma, não apenas como momentos de preparação e passagem para a fase adulta, como define Dayrell (2005): os jovens como sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem.

Desses princípios nasce à obrigação de se cobrar o efetivo cumprimento da legislação, além de novas políticas públicas. Fitoussi e Rosanvallon (1996) chamam a atenção para os direitos de integração, que são aqueles que permitem que os indivíduos sejam cidadãos ativos, com pleno direito de viver em sociedade, para dar oportunidades aos jovens frente às políticas neoliberais de desestruturação do Estado. E o mercado de trabalho em crise econômica atinge com mais intensidade os jovens.

O período de crise econômica pelo qual o país passa e o aumento do desemprego de longa duração e da precariedade do trabalho, incluindo a reforma trabalhista do governo Temer, têm prejudicado ainda mais a inserção de jovens a conseguir um emprego. Os jovens parecem estar cada vez mais expostos às desigualdades sociais, à pobreza e à exclusão social e engrossam paulatinamente a categoria dos “novos pobres” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 8). Conforme estudo publicado no mês de fevereiro de 2017 ainda pelo Banco Mundial, a atual crise econômica representa uma séria ameaça aos

avanços na redução da pobreza e da desigualdade e à rede de proteção social. Esses “novos pobres” são pessoas “mais jovens, qualificadas, que residem em áreas urbanas, vinham trabalhando no setor de serviços e são brancas” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 8). O relatório ainda informa:

A proporção de pessoas qualificadas no *pool* de “novos pobres” é quase tão alta como no *pool* de não pobres. Isso significa que a atual crise econômica deve empurrar para a pobreza pessoas qualificadas que em outras circunstâncias permaneceriam acima da linha de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 8).

Os jovens mais vulneráveis não apenas têm problemas de emprego: eles sofreram uma soma de precariedades no que concerne às suas condições de vida e ao acesso a diferentes bens e serviços advindos das transformações societárias contemporâneas. A generalização da precariedade e da pobreza, a complexificação da estrutura de classes como mecanismo estruturador das desigualdades e as transformações profundas no mundo do trabalho convocam ao debate sobre a juventude de hoje como o futuro de um país (SANTOS; GIMENEZ, 2015). Nesse cenário, a desigualdade se apresenta de forma mais explícita quando se considera a situação social dos jovens brasileiros em determinados espaços urbanos e as questões de gênero e raça, especialmente as diferenças de situação socioeconômica.

A princípio, o desafio seria responder às exigências do mercado de trabalho e participar do processo de educação do cidadão, que busca o jovem mais preparado e adequado aos novos padrões de exploração. A imprevisibilidade das trajetórias ocupacionais mostra que é preciso enfatizar a educação geral de qualidade e um conjunto de competências fundamentais, a formação e o emprego de jovens, o que implica desde o início uma interinstitucionalidade e a presença de múltiplos atores. Conforme Alves e Soares Júnior (2015), o capitalismo promove a separação entre o formar e o trabalhar, não se é mais educado no e pelo trabalho, mas, antes de mais nada, estabelece-se um corte que separa o aprender e o exercer uma atividade profissional específica.

A intermediação e o acompanhamento no processo de inserção no mercado de trabalho constituem um direito de todos, além de contribuir e muito para o crescimento da sociedade. Vale destacar que organizar circuitos educacionais e formativos que acompanhem a trajetória dos jovens é, ao mesmo tempo, pertinente e relevante para eles. Em contrapartida, que eles atendam às demandas do mercado de trabalho e do desenvolvimento local. Chagas e Queiroz (2016) ressaltam que à medida que a aprendizagem se torna imprescindível para o cumprimento de certas funções produtivas,

o capital não deixa de exercer seu papel com vistas a conceder ao Estado a responsabilidade de instruir o trabalhador quanto ao adestramento da sua capacidade produtora.

A atuação docente e a educação profissional

No mundo inteiro, hoje, vivemos um fluxo de transformações nas sociedades contemporâneas que, considerados os avanços tecnológicos, ampliam substancialmente os espaços de produção e disseminação do conhecimento. A cada novo estudo acerca dos docentes e processos formativos, avançamos em entendimentos e em produção acadêmica. O uso da tecnologia contribui para redefinir e reinventar as tarefas do ensino e da aprendizagem. Essas transformações colocam em xeque as funções tradicionais de escolas e academias/universidades. O indivíduo adquire o conhecimento pelo caráter cumulativo baseado na transmissão de saber na instituição escolar. A organização dessa escola do século passado seguia os passos determinados por essa teoria pedagógica que permanece atual em seus pontos principais:

Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas em forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente (SAVIANI, 1991, p. 18).

A abordagem tradicional do processo de transmissão de conhecimento se traduz em ensino-aprendizagem através de conteúdos a serem ensinados, sistematizados e incorporados aos seres humanos. A aprendizagem integrada à vida é essencial para produzir trabalhadores flexíveis. De modo geral, o currículo das escolas não tem sido capaz de responder ao desafio contemporâneo, fazendo com que a ação de educação seja menos apropriada para responder às demandas da organização do trabalho. Sugere-se uma reflexão mediante uma proposta pedagógica que venha a contemplar tal situação "à luz do trabalho tomado como princípio educativo, formulada sob o conceito de uma organização de ensino que conjugue três características: que seja politécnica quanto ao conteúdo, única quanto à estrutura e dialética quanto à metodologia" (KUENZER, 1989, p. 31).

A primeira referência nesse contexto não é a norma institucional, são as condições materiais da escola, de trabalho, a organização escolar, o espaço, a execução da matriz pedagógica, o tempo e as prioridades de trabalho, que resultam na construção cotidiana entre autoridades, docentes, alunos e pais. "Os sujeitos sociais dão vida ao espaço

absoluto” (SILVA, 2016, p. 175). Entre outras coisas, os docentes nessas condições possibilitam práticas diversas, mas não necessariamente as condições mais modernas implicam práticas melhores. Por exemplo, a neuroeducação, que define o aprender a modificar os comportamentos pela pluralidade de situações com que nos deparamos nas instituições de ensino, evidencia seus aspectos que precisam ser melhorados e suas potencialidades a serem trabalhadas para legitimar as próprias ações para controlar as ações alheias.

A história precisamente pode dar conta de toda a heterogeneidade que se encontra na prática docente. O trabalho do docente aplicado em determinada escola é condicionado a práticas diferentes, contribuindo para conformar as características próprias de cada escola, mas não necessariamente as condições mais avançadas implicam as práticas melhores. A apropriação das normas diferenciadas nas diversas práticas docentes constrói historicamente a instituição escola e ao mesmo tempo as divergências. A escola necessária é aquela que investe na formação de seus docentes e, por essa razão, compreende o educador e a educadora transformadores da realidade. Segundo Paulo Freire (2000, p. 44):

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma Matemática, a mesma Física, a mesma Biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade.

As escolas são locais com o dever de formar cidadãos autônomos e críticos. Desde cedo já se moldam cidadãos conscientes de suas responsabilidades socioambientais, mas para que isso ocorra é necessária uma educação focada para a ação real dos estudantes. Portanto, há necessidade de que os ambientes educativos se tornem lugares onde crianças e jovens tenham habilidades de interferir no conhecimento estabelecido, responder à necessidade de um novo perfil de qualificação e promoção do acesso aos conhecimentos “(...) dessa trajetória adquire centralidade o trabalho” (CASSAB, 2016, p. 67).

Segundo Piaget (2007, p. 63), “a principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram”. Pode-se considerar que a educação ao longo da vida será o único meio de evitar a desqualificação profissional e de atender às exigências do mercado de trabalho da sociedade tecnológica.

A estrutura de ensino que trabalha com as turmas grandes em classe condiciona muitos alunos ao tipo de relação pedagógica e de atividades que não instigam novos

olhares sobre a formação de cidadãos críticos e participativos e que um docente pode pôr em prática. Ou a questão sugerida tem a ver com a autonomia. O docente precisa ter autonomia e um processo de interação para variar suas próprias práticas levando em conta um conjunto de condicionantes. O controle se faz atendendo a mecanismos ideológicos da sociedade, que podem explicar certa convergência existente em práticas de concepções docentes. A sociedade não precisa mais de alguém que traga a informação. Isso o computador pode fazer: “provocam sorrisos [...] porque, com freqüência, eles são testemunhas de um desconhecimento da realidade escolar cotidiana, o que torna insuportável seu discurso, seja ele crítico, prescritivo, idealista, teórico [...]” (PERRENOUD, 2002, p. 208). No entanto, o país precisa de mais mestres que ensinem a pensar, a resolver problemas, a produzir conhecimento. Aqui o conceito de interdisciplinaridade ganha força, pois, de fato, sem interligar as áreas do conhecimento, não é possível moldar um saber múltiplo capaz de construir nos alunos o discernimento que os permitirá dar conta da diversidade e da inconstância do mundo atual, inclusive enfrentar um mercado de trabalho que não se importa com as deficiências de formação dos docentes, objeto deste estudo.

Segundo Moran (2000), o papel do professor é dividido em: orientador/ mediador intelectual – informa, ajuda a escolher as informações mais importantes, trabalha para que elas sejam significativas para os alunos, permitindo que eles as compreendam, avaliem – conceitual e eticamente –, reelaborem-nas e adaptem-nas aos seus contextos pessoais. Ajuda a ampliar o estágio de compreensão de tudo, a integrá-lo em novas sínteses provisórias.

O procedimento de incorporação das tecnologias nas ações docentes guia professores e alunos para uma educação libertadora e humanista na qual homens e mulheres se inserem na construção do conhecimento, tornando-se sujeitos da condução de sua própria aprendizagem. Ou seja, um sujeito participativo e ativo, além de responsável pela sua própria construção, deixando de lado o sujeito apático, indiferente e passivo, moldado pela sociedade, para se tornar autônomo e cidadão democrático do saber. A esse respeito, Freire (1979, p. 27-28) enfatiza:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, portanto, esse é inacabado. Isso leva à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito, que é o homem. O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Atualmente, o docente não é um mero propagador de conhecimento, mas sim ambos (alunos e docentes) são parceiros do ensino-aprendizagem. O docente tem o papel de planejar a aula em concordância com a dificuldade de seus alunos e estes também têm seu papel, que é contribuir com aquilo que deseja aprender, como, por exemplo, o tema a ser abordado, no qual se levam em conta dúvidas, curiosidades, indagações, conhecimentos prévios, valores, descobertas, interesses. O docente expõe a matéria e expõe-se a si mesmo também. O docente não atua sozinho em sala, ele deve mobilizar e motivar seu aluno: “ensinar é entrar em numa sala de aula e colocar-se diante de um grupo de alunos, esforçando-se para estabelecer relações e desencadear com eles um processo de formação mediado por uma grande variedade de interações” (TARDIF, 2002, p. 165).

Este estudo propõe a educação profissional e a atuação do docente da rede socioassistencial como subsídios, baseado na experiência empírica, que ofereçam para o estabelecimento a correlação entre fatores individuais, contextuais e motivações favoráveis ao fomento do desenvolvimento e da qualidade da docência em classe. Entender esses fatores é significativo para sanar os déficits, com o propósito de produzir a ruptura de modelos já preestabelecidos, além da busca de novas abordagens em sala de aula para a inovação na educação. A inovação é definida como uma atividade de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, processos e novas técnicas organizacionais em que é gerada e usada, mas principalmente nas mentes de profissionais (DOSI, 1988, p. 161 *apud* LEMOS, 2000).

A educação no Brasil assinala um momento de transição significativo com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ou Lei Darci Ribeiro. Os níveis e etapas dessa organização são: a educação básica é estruturada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior é constituída de cursos seqüenciais, cursos de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

Ela estabelece dois níveis para a educação: a educação básica e a educação superior; duas modalidades: a educação de jovens e adultos e a educação especial; e uma modalidade complementar: a educação profissional, foco deste estudo.

A educação profissional é definida como complementar a educação básica, portanto, articulada com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada e pode ser desenvolvida em diferentes níveis, para jovens e adultos com escolaridade diversa.

Nos mencionados níveis de formação inicial e continuada de qualificação profissional inserem-se os programas de aprendizagem para jovens, criados por lei com o intuito de desenvolver aptidões para a vida produtiva e social, com base na formação que contemple conteúdos teóricos e práticos.

A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem. O Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (2009) define contrato de aprendizagem como:

Contrato de trabalho é o acordo de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Em contraponto, o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2009, p. 15).

No art. 5º a inscrição do programa de aprendizagem deve ser feita nos moldes do art. 3º da Portaria MTE nº 723, 23 de abril de 2012 e a entidade deve fornecer, no mínimo, as seguintes informações:

I – Público participante do programa de aprendizagem, com máximo de aprendizes por turma, perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; II – objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; III – conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; IV – estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante, contendo: a) definição e ementa dos programas; b) organização curricular em módulos, núcleos ou etapas com sinalização do caráter propedêutico ou profissionalizante de cada um deles; c) respectivas cargas horárias teóricas e práticas, fixadas na forma dos §§ 2º e 3º do art. 10 desta Portaria ou em exceção específica constante do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional – CONAP relativa à ocupação objeto do programa de aprendizagem; e d) atividades práticas da aprendizagem desenvolvidas no local da prestação dos serviços, previstas na tabela de atividades da CBO objeto do programa (BRASIL, 2012, p. 3).

É possível dizer que de 2005 até agora foi criado um arcabouço que dará sustentação à exploração do amplo potencial de vagas para que adolescentes, jovens e pessoas com deficiência sejam encaminhados ao mercado formal de trabalho. Garantir o caráter permanente da aprendizagem como política pública orientada, com resultados monitorados pela ação estatal destarte que essa modalidade se integre ao Sistema Público de Trabalho Emprego e Renda, é uma estratégia que se articula ao plano nacional com o

intuito do jovem participe efetivamente do projeto de uma sociedade mais justa. Kuenzer (2000) acrescenta que, no caso da realidade brasileira, as políticas públicas incorporam as desigualdades como algo natural, as quais se articulam à lógica do mercado no processo de acumulação flexível do capital, reforçando a exclusão. Isso indica que a nova relação estabelecida entre trabalho e educação é mediada por outro tipo de linguagem, a de base tecnológica, que ultrapassa o saber tido como implícito ao homem, enfatizando novas exigências, inclusive no que se refere ao papel da educação.

Os programas de aprendizagem são organizados em itinerários formativos, o que permite a construção gradual e abrangente de conhecimentos por intermédio do desenvolvimento, que estimulem a convivência social e participação cidadã. As metodologias dos programas de aprendizagem atuais devem ser aplicadas pelo curso e a formação voltada para o projeto de vida de cada aluno, aliando a educação para o trabalho com orientação vocacional ao desenvolvimento de competências emocionais, comportamentais e sociais para o mundo do trabalho, que são valorizadas por empregadores. Essas características podem impactar positivamente o potencial de empregar o jovem caso exista uma estratégia de inclusão social por meio de seus conhecimentos, habilidades e atitudes no programa de aprendizagem. Isso representa outra importante oportunidade para o jovem pobre e vulnerável: a promoção da superação do ciclo intergeracional de pobreza e a construção de um futuro mais promissor para esses jovens. Segundo Gonçalves (2014, p. 194):

Os municípios, entes federados responsáveis por esse nível de ensino, podem resolver redesenhar seus currículos, promovendo formas concretas de prevenir o trabalho infantil a partir do ambiente escolar. Seria uma das formas de dar fim à perversidade que é a informalidade e a exploração a que estão sujeitos os/as adolescentes que são submetidos ao trabalho em feiras, sinaleiros, manuseio agrícola e outras atividades ainda mais prejudiciais à saúde, ao direito ao lazer e, obviamente, ao futuro.

Na perspectiva do jovem pobre e em situação de vulnerabilidade social, a aprendizagem profissional encontra suas ofertas de vagas e oportunidades nas entidades beneficentes de assistência social, chamada de socioaprendizagem. Como área de atuação na formação profissional para inserção no mercado de trabalho envolvido com programas de aprendizagem profissional voltados para inserção no mercado de trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade social, recebe encaminhamentos dos equipamentos públicos da política pública de assistência social com o acesso às empresas de médio e grande porte, que são obrigadas legalmente a cumprir cotas de aprendizes estipulado pela Lei n.10.097 de 2000 (GONÇALVES, 2014).

O art. 203 da CF estabelece:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a Constituição Federal definiu os objetivos da assistência social aqui no Brasil. III – a promoção da integração ao mercado de trabalho. A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS), que define quem seria usuário, que constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 1988, p 43).

A PNAS registra o seguinte: “são considerados serviço de proteção básica da assistência social” e “bem como a promoção ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2005b, p 13).

Diante desse apanhado de argumentos, arrisca-se a afirmar que é inteligível analisar a percepção dos docentes da ASSPROM-BH, levando-se em conta a noção que se tem de um público jovem em situação de vulnerabilidade social e de como a formação para o trabalho se configura para ele: como um problema pessoal ou social. É nesse contexto atual de políticas públicas de trabalho e emprego para a juventude que recai o interesse desta pesquisa. Enfim, cabe aqui questionar como os docentes têm percebido e refletido sobre suas experiências na atuação e formação em classe e se seria possível uma educação diferenciada que abra possibilidades à cidadania, que permita abrir novos horizontes e não apenas uma educação restrita ao mercado de trabalho. Para isso é apresentada a metodologia no próximo capítulo.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como qualitativo, o qual, em consoante com Minayo (2013), busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado. Ela se ocupa de um nível de realidade vivenciada pelo objeto de estudo, mediante seu contexto de história, da biografia, das relações, do universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores, das atitudes no contexto da realidade empírica.

Quanto aos fins, é uma pesquisa de caráter exploratório, com mais interesse pelo processo do que, simplesmente, pelos resultados ou produtos. Tendo em vista as contribuições futuras da percepção dos docentes em relação aos processos didático-pedagógicos, aumentam as oportunidades de os alunos entenderem os conteúdos e sua aplicação e a construção de conceitos a começar da interpretação que faz da realidade de jovens aprendizes. A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada,

com apoio de gravação em mídia eletrônica.

O roteiro da entrevista foi elaborado em concordância com as categorias de análise do referencial teórico, os quais forneceram informações sobre situações específicas e relacionadas, de forma a proporcionar a visualização de uma totalidade, procurando entender o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, símbolos e representações sociais que permeiam as relações humanas no que diz respeito aos princípios e técnicas de abordagem exploratória e descritiva (MANZINI, 2003).

A seleção da amostra foi constituída de docentes do quadro efetivo da ASSPROM, profissionais de nível superior da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, responsáveis pelo desenvolvimento das competências profissionais de adolescentes e jovens aprendizes. Eles foram selecionados em um total de 10 docentes, de forma aleatória nas áreas do conhecimento de humanas, exatas e tecnologia, reconhecidos com uma letra e acrescentado um número, por exemplo, E1 a E10.

Nessa perspectiva foi solicitada à ASSPROM uma autorização para a coleta de dados, com a finalidade da realização da pesquisa, visando ao contato e agendamento das entrevistas com os docentes, que manifestaram interesse em participar desta pesquisa,

Em seguida, como unidade de registro da análise do conteúdo, utilizou-se o tema como forma de registro das percepções dos docentes, com a função de determinar as categorias de análises das respostas dadas pelos docentes, classificando os elementos constitutivos do conjunto de respostas por diferenciação e o reagrupamento das respostas, mediante sua similaridade (BARDIN, 2014).

O roteiro da entrevista foi constituído de 20 questões abertas, de modo que permitisse aos docentes a expressão de seu pensar e sentir a respeito do fenômeno pesquisado

Essa descrição da temática consiste em descobrir os principais sentidos que compõem a percepção dos docentes e poder traduzir o recorte do objetivo da pesquisa, exprimindo através do registro as opiniões os entendimentos, os julgamentos, as atitudes, os comportamentos, os valores e crenças dos docentes da ASSPROM, como sentem, pensam e percebem o seu trabalho.

Análises e Discussões

No que se refere às assimilações dos docentes em relação à formação escolar, à carreira profissional e aos cursos de formação profissional visando à inclusão social de jovens no mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados acredita que o jovem deve estar preparado para a competição e perceber a ambição que eles têm de crescer rapidamente. Existe a preocupação com a qualidade de vida e o equilíbrio pessoal e profissional do jovem, em especial no cenário de crise do emprego no Brasil. A carreira profissional também é assunto tratado em sala de aula em temas de desenvolvimento profissional, identidade ocupacional e aspirações de carreira para quando os jovens saírem dos programas oferecidos pela entidade.

No Brasil, os jovens enfrentam dificuldades adicionais, resultado da baixa qualidade da formação educacional e da inserção muito precoce no mercado de trabalho. Apesar de avanços verificados nos anos médios de estudo e no tempo de frequência à escola, a entrada no mercado de trabalho, principalmente das classes mais pobres, continua a se dar muito cedo. Assim, confirma-se a relevância de programas voltados a permitir a maior dedicação do jovem à formação/capacitação e a adiar a entrada no mercado de trabalho. Na mesma linha, destacam-se os programas voltados a fortalecer a qualidade do ensino básico e dos cursos de qualificação, assim como aqueles voltados à reciclagem educacional e profissional (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2015, p.22).

As falas dos entrevistados mostram que a chance de conseguir um emprego e mesmo de conseguir um emprego melhor, cresce com o tempo de permanência no mercado de trabalho, ou seja, a experiência, o que vale para todos os níveis de formação. Diante disso, é importante entender os demais fatores que aumentam as chances de ingresso e de sucesso dos jovens no mercado de trabalho. Inicialmente, destacam-se o grau de regulação do mercado de trabalho e os custos de contratar e demitir. As preocupações de caráter mais material (futuro estável, estabilidade, aumento salarial) são menos ressaltadas pelos docentes. Ao serem indagados sobre os investimentos feitos pela ASSPROM no campo dos recursos tecnológicos, os docentes entrevistados relataram:

A ASSPROM investe, mas pouco, é fraco. Em minha opinião os computadores são antigos, os sistemas não recebem mais atualização, existem problemas com os servidores para as máquinas de computação e cursos de informática. Temos um *Data Show* para o meu setor, falta estrutura sim [...] (E5).

As lousas digitais, o uso da internet, a falta do *wi-fi* liberado para os alunos, *kit* multimídia com mau funcionamento; Tvs multimídia; Laboratórios de Informática; rádios; o docente precisa definir e utilizá-los de acordo com a realidade de seus alunos, são recursos que precisam estar disponíveis para todos, [...] ainda disputamos alguns recursos (E6).

Sim, mas poderia investir mais, acredito que podemos ainda melhorar quanto aos recursos tecnológicos, a tecnologia auxilia muito em sala de aula. Dou o

exemplo das lousas, nossos alunos não teriam acesso em sua escola, pois são de comunidades carentes, assim tentamos proporcionar competências gerais (E8).

Os docentes entrevistados foram unânimes em afirmar que estímulo e incentivo estão associados ao método utilizado pelo docente; e que deste depende seu sucesso. Ressaltam a importância de recursos tecnológicos, material e infraestrutura, entre modos de aplicar e organizar as aulas.

O docente aqui na ASSPROM deve ser alguém criativo, dinâmico, competente e comprometido com o uso das novas tecnologias, levando o jovem a interagir em meio a uma sociedade, repensando a formação profissional. Devemos pensar em descrever informações suficientes para sua localização e escolha como um recurso educacional (E1).

Penso que os recursos tecnológicos que temos devem ser utilizados nas aulas de todas as disciplinas, podemos introduzir uma nova proposta de ensino-aprendizagem, uma vez que com o uso das tecnologias, é o caso de vídeos na internet (E9).

Os docentes fizeram considerações a respeito do uso das tecnologias, relatando que estas reforçam os conteúdos trabalhados, ampliam o conhecimento, as potencialidades e as habilidades. Percebe-se nas falas dos docentes que se seguem que a estrutura física atende parcialmente às necessidades do ensino e que, portanto, mereceria mais investimentos:

Inicialmente começaria pelo espaço físico [...]. Poderíamos incluir um espaço de discussão de novas tecnologias e necessidade de adquirir novos aparelhos, ajudaria na competição externa dos jovens no mercado de trabalho (E1).

Valorizar também o docente. Já a infraestrutura investiria nas salas de aula, uma sala de cinema para quebrar o gelo da aula metódica e cansativa [...] (E3).

Carta branca e dinheiro, salas modernas, salas multifunções, com muita cor para ativar a mente dos jovens [...] (E5).

Foi possível, ainda, confirma-se que os educadores buscam novos caminhos ou, dito de outra maneira, alternativas emancipatórias para que a aprendizagem em classe ocorra, entendendo-se aqui o sentido do termo emancipação na perspectiva de Ciavatta (2014b), representando a superação e libertação da opressão. Outros docentes mencionaram nas entrevistas não buscar recursos diferentes e/ou outras metodologias:

Penso que não, tem que tentar de novo, de forma diferente, em cada turma – às vezes, você prepara uma aula que acha que vai ser o máximo, com uma turma dá certo e com outra não (E8).

Embora existam orientações didáticas gerais, na área de Matemática, por exemplo, há peculiaridades no que se refere ao ensino e à aprendizagem do

sistema de numeração, das operações, da Geometria etc., é preciso considerar as especificidades (E9).

Geralmente, eu não troco o recurso, eu troco a metodologia, troco a forma de expor. Vamos supor, na aula com a lousa digital, vamos usar essa que é uma das que eu mais uso. Então, não surtiu efeito, os *slides* eles não entenderam nada. Então, eu vou lá, uso o mesmo recurso, mas vou tentar uma metodologia diferente (E10).

Ao se verificar os depoimentos sobre o tema da metodologia e dos recursos didáticos, em especial das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nota-se que os docentes respondentes manifestam um grau de dificuldade diante de suas atividades pedagógicas e paralelas, o que sugere que devem repensar o seu tempo e suas condições de trabalho.

O trabalho docente está marcado com os recursos tecnológicos, temos lousas e projetores em sala de aula, também computadores, mas alguns temas ficam na teoria, muitas vezes observo que não chama a atenção dos jovens (E5).

Ainda não discutimos em nosso planejamento o uso sistemático das TICs, são ferramentas, o docente que sabe usar, faz. Mas podemos dar destaque, em alguns momentos prefiro o método tradicional, dá trabalho e pode dificultar o entendimento da turma (E7).

A constante qualificação profissional também é um valor norteador das aspirações profissionais dos docentes entrevistados. O importante para eles não é desenvolver uma técnica e sim conceitos que permitam entender o que a educação profissional faz. É neste momento que se remete à teoria crítica nesta pesquisa, a qual pode contribuir para desenvolver características individuais e sociais dos docentes e jovens, os conhecimentos e saberes de educandos e educadores e, por fim, formar um cidadão crítico, autônomo e conhecedor de seus direitos, pois:

[...] enquanto na teoria tradicional o intuito é o de classificar o objeto e, assim, torná-lo manuseável para fins de dominação da natureza, na teoria crítica o objetivo é antes o de transformar o objeto, compreendendo-o, visando tanto uma emancipação de todas as formas de dominação quanto uma reconciliação com a natureza (FLECK, 2017, p. 111).

Por fim, os docentes relatam o desejo de continuar se especializando mediante cursos de capacitação, formações continuadas e pós-graduações.

Hoje é fundamental manter-se atualizado em qualquer que seja a área de atuação, é importante a formação e educação continuada no seguinte sentido, alimentarmos bons relacionamentos profissionais e pessoais (E4).

Necessário atualizar seus conhecimentos para que você possa desempenhar melhor as competências. Existe a importância de se fazer uma junção do conhecimento, o exemplo é a formação social com a pedagógica, para dar conta do e no mercado de trabalho de temas novos e oportunidades. Também

precisamos participar de atividades fora da instituição e compartilhar o novo de fora, demandas das escolas (E5).

Hoje para nós docentes é importante a aquisição de competências, os caminhos discutidos em sala de aula passam pela dimensão humana, pela técnica, pelo contexto político-econômico, reunindo o saber e o fazer, a teoria e a prática, os processos e os resultados, na perspectiva de educação de qualidade através da formação docente também de qualidade (E6).

Considerações Finais

O tema relacionado à percepção do docente contribuindo para a formação de jovens é fecundo para elucidar a busca da compreensão das histórias de vida, os saberes e os ensinamentos advindos dos educandos para construir seu trabalho docente. Os jovens têm recebido uma formação de sujeitos alheios ao processo de formação profissional de qualidade e a obrigação de dependência de situações já estabelecidas pelo mercado de trabalho, o que os impede de desenvolver novas competências, novos saberes que impõem uma situação de não emancipação. Conhecer e problematizar a percepção dos docentes nas dimensões da relação teoria-prática, os processos de aprendizado de jovens, os saberes construídos e as perspectivas e formação profissional expõe os desafios do cotidiano do ensino comprometido com formação pedagógica e profissional de qualidade.

Esse exercício investigativo define e descreve a percepção de docentes em relação à formação de jovens em situação de vulnerabilidade social. Urge problematizar o espaço acadêmico quanto às questões organizacionais e ao seu posicionamento social frente à produção do conhecimento e como espaço nuclear para a formação docente. As contribuições a partir do olhar atento: a percepção sobre o cotidiano, a realidade social, cultural e histórica de jovens, além de considerar a diversidade e acompanhar o processo de aprendizagem, faz o docente refletir constantemente sobre a prática pedagógica, visando a um processo de formação do cidadão emancipado e comprometido; e deve ser uma prática constante para nortear as sociedades.

O que se pode compreender que a percepção voltada para os direitos e cidadania pode subsidiar o desempenho didático e garantir melhor qualidade pedagógica e competências necessárias para realizar um processo contínuo e sistêmico de ensino, com vistas à formação cidadã dos jovens em vulnerabilidade social. A reflexão crítica sobre conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificada do docente, propõe novos olhares qualificados para o exercício

da cidadania e pequenas implementações, que mudam processos e fazem a diferença em um ambiente de trabalho, na comunidade e família.

A educação profissional é um direito do cidadão. Para garantir esse direito, é necessário aprofundar os estudos sobre a formação em sala de aula, as lacunas de aprendizagem e as práticas pedagógicas enfrentadas pelos docentes, pois é preciso romper barreiras, conceitos, paradigmas; é necessário transcender da postura tradicional. Ao abordar a postura tradicional, as relações nas formas dos indivíduos conquistarem espaços em sociedade, o conceito de interdisciplinaridade implica um novo tipo de educador - mais flexível e mediador na construção do conhecimento - para que os educandos se apropriem do conhecimento baseado na ação, reflexão, ação e diálogo com os entraves que explicitam a complexidade dos percursos formativos. Desse modo indica pistas sobre o aprendizado de novas práticas de ensino profissional e políticas de iniciação de docência para o mundo do trabalho e a adoção de novas ferramentas de gestão e governança. Exige que o educador supere a prática individual e trabalhe no coletivo. Isso pressupõe planejamento e ações coletivas envolvendo pactuação de ações e projetos visando à interligação e à construção dos saberes, conhecimentos diretamente relacionados às experiências profissionais e expectativas acadêmicas. Sugere-se que estudos futuros avancem nessa linha uma vez que é reconhecida a importância do papel do docente para a sociedade atual.

THE PERCEPTION OF TEACHERS FROM THE SOCIO-ASSISTENCE NETWORK, ESTABLISHING ALTERNATIVES FOR YOUNG PEOPLE IN PROFESSIONAL EDUCATION.

Abstract

The objective of this study is to understand the perception of teachers in the process of training young people in situations of social vulnerability attending the Young Apprentice Program in the city of Belo Horizonte. It is a qualitative and descriptive research that will be developed in a non-governmental organization (NGO) of the third sector. The work of the teacher is the object of this study, as well as the reflections and practices applied in relation to the young person in the classroom. Review of the literature has revealed central problems such as the absence of studies on teacher perception socio-assistance network, training and working conditions. The themes that are part of this research are subdivided into three topics: work, youth, teaching and professional education. It focus on analyzing how teachers understand the context, selection and organization of different contents and how they qualify the process of training, knowledge acquisition and interpretation of

young people in professional education. Its main objective is to examine among teachers whether the theoretical contributions have been sufficient to bring about changes in the perspective of overcoming social vulnerability and expanding citizenship of these young people in order to enhance their human potential. It is hoped that this work can collaborate in some way in the reflection on the perception of the teacher in professional education and training of youngsters in situation of social vulnerability, because this field is in constant transformation, in the context of political, economic or social.

Keywords: Perception. Teacher. Work.

LA PERCEPCIÓN DE LOS DOCENTES DE LA RED DE ASISTENCIA SOCIAL, ESTABLECIENDO ALTERNATIVAS PARA LOS JÓVENES EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL

Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo comprender la percepción de los docentes en el proceso de formación de jóvenes en situación de vulnerabilidad social, participantes del Programa Joven Aprendiz, en la ciudad de Belo Horizonte. Se trata de una investigación cualitativa y descriptiva, que se desarrollará en una organización no gubernamental (ONG) del tercer sector. Se definió como objeto de este estudio la labor docente, así como las reflexiones y prácticas aplicadas en relación a los jóvenes en el aula. La revisión de la literatura reveló problemas centrales como la falta de estudios sobre la percepción docente sobre la red de asistencia social, la formación docente y las condiciones laborales. Los temas que forman parte de esta investigación se subdividieron en tópicos: trabajo, juventud, docencia y formación profesional. Buscamos investigar cómo los docentes entienden el contexto, selección y organización de los diferentes contenidos y cómo califican el proceso de formación, adquisición de conocimientos e interpretación de los jóvenes en la educación profesional. El objetivo principal fue examinar entre los docentes si los aportes teóricos han sido suficientes para provocar cambios en la perspectiva de superación de la vulnerabilidad social y ampliar la ciudadanía de estos jóvenes para valorar su potencial humano. Se espera que este trabajo pueda contribuir de alguna manera a la reflexión sobre la percepción del docente en la formación profesional y para la formación de jóvenes en situación de vulnerabilidad social, ya que este campo está en constante transformación, en el contexto político, económico o social.

Palabras clave: Percepción, Maestro, Trabajo.

Referências

ALVES, W.F.; SOARES JÚNIOR, N.E. **A noção de qualificação do trabalho nas pesquisas em educação: uma análise da produção acadêmica do GT Trabalho e Educação.** ANPed. *Revisa Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 67-83, jan-abr, 2015.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR (ASSPROM). 2018. **Programa de Aprendizagem 2018**. Base de dados. Disponível em: www.assprom.org.br

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington, Banco Mundial, 2017. Disponível em: [www. http://www.doingbusiness.org/](http://www.doingbusiness.org/). Acesso em: janeiro de 2019.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1988.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Decreto-Lei n. 8.622, de 10 de jan. 1946. **Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1990.

_____. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5692>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Decreto n. 5.598, de 1º de dez. 2005a. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 dez. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm. Acesso em: 21 out. 2018.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 10.097/2000: Lei da Aprendizagem**. Brasília, DF: MTE, 2000.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem**. Brasília, DF: MTE, 2009.

_____. Portaria n. 723, de 23 abr. 2012. Cria normas de avaliação de competência relativas à verificação da aptidão da entidade para ministrar programas de formação técnico-profissional que permitam a inclusão de aprendizes no mercado de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2012.

CASSAB, Clarice. **Os jovens e suas mediações espaço temporal: a cidade e os projetos de vida**. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

CHAGAS, E.; QUEIROZ, F.J. **Da pedagogia do capital e de sua antítese: violência**. **Revista Dialectos**, ano 3, n. 9, set.-dez. 2016, 100 p.

CHAVEIRO, Eguimar; SANTOS, Andrea. **A constituição das identidades juvenis na metrópole contemporânea: A interface entre lugares e práticas socioespaciais**. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

CIAVATTA, Maria. Os Centros Federais de educação tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 911-934, out. 2006.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez. 2003.

DIEESE; SEADE; MTE; FAT; Convênios regionais. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: PED**. São Paulo, 2017.

FITOUSSI J.P.; ROSANVALLON P. **Le nouvel âge des inégalités**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz, 2000.

FRIGOTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: 9. ed.**, São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva**. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, 389-404, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: outubro de 2018.

GONÇALVES, A.L.A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos Avançados** [online], v. 28, n. 81, pp. 191-200, 2014.

GUIMARÃES, A.Q.; ALMEIDA, M.E. **Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de empregos no Brasil**. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, UNESP – Araraquara, 2015.

GUIMARÃES, N.A. **Trabalho uma categoria-chave no imaginário juvenil?** *In*: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo, Instituto da Cidadania/ Fundação Perseu Abramo São Paulo, 2005.

GUIRALDELLI, R. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista.** **Cadernos de Psicologia, Sociedade & Trabalho**, São Paulo, v. 17, n 1, p 101-115, jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: [www_ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: www_ibge.gov.br. Acesso em: 11 out. 2017.

KUENZER, A.Z. Educação, linguagens e tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. *In*: CANDAU, V. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e no aprender.** Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

_____. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 68, p. 21-28, 1989.

LEMOS, C. **Inovação na Era do Conhecimento. Parcerias Estratégicas**, n. 8, p. 157-179, maio 2000.

MACHADO, L. Orientação profissional: **a necessária renovação conceitual e reorganização política.** *In*: BLAS, F.A.; PLANELLS, J. **Desafios atuais da educação técnico-profissional.** Madri: OEI; Fundação Santillana, 2009, p. 89-100.

MORAN, J.M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas: novas tecnologias e mediação pedagógica.** 13. ed., São Paulo, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O método I, a natureza da natureza.** RS: Sulina, 2001, p. 257.

MUSSE, I.; MACHADO, A.F. **Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil.** **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 237-262, abr. 2013.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, M.I.M.; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Population Prospects: revisão de 2017.** Disponível em: <<http://esa.un.org/wpp>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Escritório da OIT no Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: 12 out. 2018.

PAIS, M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, p. 105-106, pp.139 -165, 1990.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação**: 18 e.d, Tradução de Ivete Braga. Rio de Janeiro: Jose Olimpio, 2007.

SANTOS, A.L.; GIMENEZ, D.M. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho**. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo SEPT/DEC. v. 29, n. 85, 2015.

SANTOS, B.S. **Tensões da modernidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/marcio/tensoes-da%20modernidade.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, F. **Juventude, consumo e globalização**: uma análise comparativa. Disponível em: <https://repositorio.iscteuiul.pt/>, 2004. Acesso em: 23 de nov. de 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 24. ed., São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Filosofia da Educação: crise da modernidade e o futuro da filosofia da práxis**. In: FREITAS, M.C. (org.). **A reinvenção do futuro**: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo, Cortez, 1999. pp. 167– 185.

SILVA, S.G. **A contribuição da pesquisa no desenvolvimento da aprendizagem da criança nas séries iniciais**. INAES, Instituto Natalense de Educação Superior, 2007. Disponível em: www.ipeprn.edu.br/ief/07.pdf. Acesso em: 12 de out. 2017;

SILVA, Alexander Batista. **As espacialidades juvenis e a produção do espaço escolar na metrópole**. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

TURRA NETO, Nécio. **Relações entre sociabilidade juvenil e mercado da diversão noturna em cidades médias**. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F. PIRES, L. (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

Sobre o autor:**Rodrigo dos Santos França**

Graduado em Serviço Social, pós-graduado em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento. É Educador Social/Assistente - Superintendência de Educação da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, foi professor da Sociedade de Ensino Superior Centro Mineiro – FACEMBH.

Recebido em: 25.11.2020

Aprovado em: 03.10.2022